

O revólver do PCBR

*No rastro do assalto de Salvador,
a polícia chega a um grupo clandestino que participou
do terrorismo na década de 70*

Durante um ano, o gerente Antonio Carlos Ramos Valença, 42 anos, procurou o grupo de assaltantes que invadiu sua casa às 6h45 da manhã e pegou sua mulher e duas de suas filhas menores como reféns para obrigá-lo a esvaziar o cofre da agência do Banco do Brasil em Cachoeira, a 121 quilômetros de Salvador, onde trabalha. “Morri de medo mas não perdi a calma”, diz ele. A polícia baiana já desistira de encontrar os ladrões há vários meses mas, no último fim de semana, o gerente Valença só precisou abrir os jornais para reconhecê-los. Lá estava José Wellington Diógenes, que ao tocar a campainha se apresentara como agente da Polícia Federal até que, minutos mais tarde, abriu uma pasta 007 e tirou um revólver. “Não reaja, a casa está cercada”, disse Diógenes. Valença também descobriu que um homem baixo que entrara em sua casa usando uma máscara e um boné para esconder o rosto, mas depois abandonara o disfarce para assistir ao programa *Bom Dia Brasil*, na TV Globo, se chamava Cícero Araújo. Por fim, o gerente reconheceu um dos homens que o acompanhara até o banco, numa caminhada de 50 metros. Era Jari José Evangelista, antigo militante da organização terrorista VAR-Palmares, dissolvida nos anos 70.

Com o testemunho do gerente Valença à polícia baiana, na semana passada, o país tomou um susto e fez uma descoberta. Comprovou-se que o grupo de seis militantes que no último dia 11 patrocinou um fracassado assalto a um posto do Banco do Brasil em Salvador não agia em nome do Partido dos Trabalhadores nem mandaria o dinheiro para a Nicarágua — mas para a caixa de uma pequena organização clandestina, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das dezenas de siglas abrigadas no PT. Uma década depois que os órgãos de repressão destruíram o terrorismo, quando o país se prepara para as mais importantes eleições dos últimos 25 anos, há um grupo em armas fazendo crianças como reféns e enfrentando a lei com fins políticos. “Deploro que militantes de um partido possam se envolver em atos desse ti-

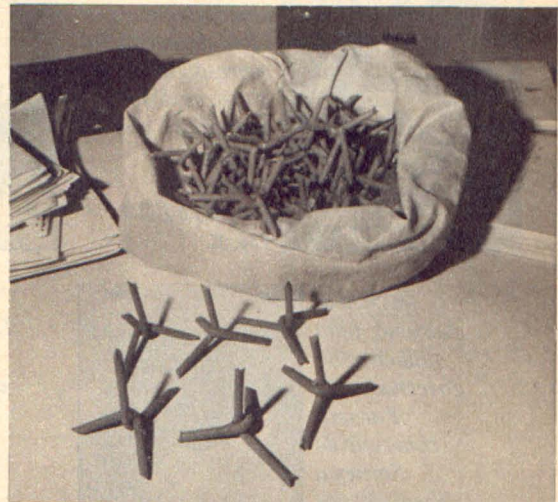


Lula, com Apolônio (esq.) e Weffort (dir.): o PT expulsa os assaltantes

po”, diz o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. “Mas enquanto não surgirem novos fatos relevantes o governo continuará a considerar isso um caso de polícia.” Caso de polícia sempre será, mas é óbvio que se comprovou a existência, no país, de um grupo terrorista organizado e atuante. Ele pode ser politicamente irrelevante, mas é indiscutivelmente real.

AMBIENTE CARREGADO — “O assalto de Cachoeira foi obra de profissionais, com uma ousadia que não se vê nem no cinema”, afirma o delegado Euprio Lira, que prendeu o grupo, em Salvador. “E isso muda tudo.” Na semana passada, tudo mudou mesmo — na Bahia, onde estão os assaltantes, e em Brasília, onde o presidente Sarney acompanha o caso pelos informes diários do Serviço Nacional de Informações. “Nós pensávamos que a questão do terrorismo estivesse superada”, diz um dos principais assessores do general Ivan de Souza Mendes. “Agora, teremos de intensificar o trabalho nessa área.”

O governo acredita que haverá muito ser-



Pregos na bagagem: arma para fugir da polícia

viço nessa empreitada. O serviço secreto do Exército, por exemplo, estima que os assaltos cometidos pelos militantes do PCBR não são dois — mas algo em torno de meia dúzia. Em Goiás, os órgãos de informação da área militar se debruçam sobre dez assaltos a banco cometidos nos últimos anos e que, até agora, não foram esclarecidos. Dois crimes semelhantes, ocorridos há quase dois anos em São Paulo, também estão

sendo reexaminados pela Polícia Federal. É possível que nenhuma dessas suspeitas tenha fundamento, já que o país escaldou-se a partir de 1974 com a atividade de militares e policiais paranóicos que, depois de verem um terrorista em cada militante da oposição, acabaram explodindo no episódio do Riocentro, quando o país aprendeu que o terror estava no DOI do I Exército. É certo, porém, que desde a semana passada, entre os partidos de esquerda e os órgãos policiais, vivendo um clima risonho desde a posse do presidente José Sarney, o ambiente tornou-se mais carregado.

“NÍVEL MUITO ALTO” — Para chegar a Antonio de Paula, que participou do acampamento de desempregados promovido em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1983, a polícia contou com seus arquivos e com a memória do gerente Antonio Valença, de Cachoeira. Quando caminhava para o banco na companhia dos assaltantes que foram buscá-lo em casa, o gerente viu, parado numa esquina, um senhor de cabelos grisalhos, um pouco gordo — descrição idêntica à de Antonio de Paula. Mais tarde, reparou que essa mesma pessoa apareceu na porta da agência, conversou rapi-

inclusive de um esquema de segurança para garantir a proteção e fuga de seus dirigentes, como Antonio de Paula, o PCBR demonstra possuir um grupo de militantes bem treinado para as ações armadas. Também tem alguns truques para escapar da polícia. Da mesma forma que em Salvador, em Cachoeira eles também tentaram deixar junto a suas vítimas, a impressão de que não passavam de bandidos comuns. Por isso, se no posto da UFBA eles arrancaram relógios do pulso dos clientes, quando abandonaram a casa do gerente Valença carregaram o patrimônio da família: duas máquinas fotográ-



FOTOS CLAUDE SANTOS

O gerente Valença reconheceu nas fotos dos jornais os homens que assaltaram o banco em Cachoeira

“Esses acontecimentos provam que não se pode nem se deve destruir arquivos de crimes ou problemas políticos”, afirma Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, que desde o assalto de Salvador ordenou uma caça às fichas de militantes das organizações terroristas dissolvidas tempos atrás. A primeira investida ocorreu em Londrina, onde a Polícia Federal descobriu que o cearense José Fernandes, um dos seis assaltantes do Banco do Brasil em Salvador e em Cachoeira, que estaria filiado ao PT em Crato, a 585 quilômetros de Fortaleza, na verdade se chama Jari José Evangelista, é paranaense, nunca foi funcionário do Sindicato dos Bancários da cidade, como dizia — mas participou, no final do ano passado, de movimentos de invasores de terras, no Paraná. Na tarde de sexta-feira, porém, a Polícia Federal seria capaz de identificar o sexto membro da equipe de assaltos. É o sargento cassado da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula, um dos líderes da revolta dos sargentos em 1963, militante do PCBR desde os anos 60 e, agora, considerado o verdadeiro chefe da operação.



Agência bancária na UFBA: assalto fracassado

damente com José Wellington, que liderava a retirada de 180 milhões de cruzeiros do cofre, e depois se afastou. Em Salvador, a polícia descobriu que uma pessoa com essas mesmas características agira do mesmo modo durante o assalto ao posto do Banco do Brasil na Universidade Federal da Bahia — e conseguira escapar no meio da confusão, a bordo de um carro roubado.

Agindo com tamanho cuidado, dispondo

de um aparelho de videogame, uma máquina de filmar super-8, dois revólveres e as jóias da dona-da-casa, Maria, como duas pulseiras de ouro, três anéis, um par de argolas de ouro e brincos de brilhante. “Eles também disseram que eram da Falange Vermelha”, conta o gerente, numa referência a uma quadrilha de bandidos organizada dentro dos presídios. “Falaram que precisavam de dinheiro para libertar companheiros da cadeia. Eu até acreditei, mas depois comecei a desconfiar, porque eles tinham um nível de instrução muito alto.”

A mesma dificuldade se coloca agora, quando eles estão presos. No momento em que chegaram à Delegacia de Furtos e Roubos, os cinco assaltantes do PCBR afirmavam que tinham cometido um crime político: como membros do Partido dos Trabalhadores, haviam organizado um roubo para ajudar o governo sandinista da Nicarágua. “Detestamos o presidente Reagan”, afirmou o estudante de Ciências Sociais Marcos Wilson Lemos, 22 anos. Mas, depois que o advogado Rui Patterson assumiu o caso, eles passaram a dizer que haviam cometido um assalto em provei-

to próprio. "Querida diem para comprar uma passagem e refazer minha vida na Nicarágua", corrigiu-se José Wellington.

FARDO PESADO — Com essa troca de versões, os militantes do PCBR esperavam trocar de juízes. Indo para a Justiça Militar, destino de quem comete um crime político, teriam direito a uma decisão rápida — mas dura, onde os condenados não dispõem da Lei Fleury, que garante liberdade para réus com bons antecedentes. Na Justiça comum, poderiam enfrentar um processo mais lento, mas tinham a esperança de ser beneficiados com penas mais brandas. Contudo, diante da prova de que pelo menos quatro militantes do PCBR assaltaram tanto o Banco do Brasil em Salvador como o de Cachoeira, para os cinco presos essa questão já é quase um tema acadêmico. "Se ficar comprovado que são membros de um partido proscrito", admite o advogado Patterson, "o crime passa a ser da competência da Justiça Militar."

Para o Partido dos Trabalhadores, no entanto, a existência de um grupo capaz de cometer atos terroristas em suas fileiras irá representar um pesado fardo político. "Não acredito que ninguém genuinamente do PT vai sair por aí assaltando bancos", afirma Romeu Tuma. "O problema é que o PT abriu demais." Em São Paulo, onde o partido empinava a candidatura do deputado Eduardo Suplicy com a esperança de conseguir uma estrondosa votação em 15 de novembro, o assalto repre-

sentou um considerável desfalece de votos. "Muita gente não compreendeu que não tivemos nada a ver com isso", reconhece Suplicy. "Foi um ato completamente irracional", denunciou o secretário-geral Francisco Weffort. Na tentativa de desfazer os mal-entendidos, já na segunda-feira a direção do PT expulsou os cinco militantes do PCBR.

Mas, da mesma forma que o PDS acabou associado a todos os

escândalos ocorridos sob o regime dos generais, o PT acabou ligado a um ato que assusta a opinião pública — e só auxilia seus adversários. "A polícia deve investigar a fundo para punir os culpados", exige a deputada Irma Passoni, atual líder do PT na Câmara dos Deputados. É possível que isso ocorra. Parece provável, no entanto, que a polícia avance sobre o PCBR, que se esconde dentro do PT, para devorá-lo como se fosse um presunto — em fatias, lentamente. Utilizando a conhecida técnica de manipulação dos inquiridos, a partir de agora a polícia pode jogar no caminho do PT um estoque de pregos retorcidos, semelhantes àqueles utilizados pelo PCBR no momento em que pretendia escapar à perseguição da polícia, furando os pneus de seus automóveis.

"Se o SNI e a CIA tivessem planejado uma ação de provocação, não teriam feito nada diferente", afirma Suplicy. Quando os seis militantes do PCBR realizaram o assalto de Salvador, a possibilidade de um ato de provocação chegou a ser levantada por expressivas lideranças do PT. Depois do segundo assalto, essa hipótese pertence ao campo do imaginário. Da mesma forma que se pode pensar que a CIA se infiltrou no PT para realizar uma ação armada provando que o PT está recheado de militantes terroristas a serviço da KGB, também se pode acreditar no contrário. Ou seja: que a KGB se infiltrou no PT e promoveu esse assalto para denunciar o SNI e a CIA. ●



Jari, no alto e num conflito de terra no Paraná

Um grupo que ressurge treze anos depois

Quando o último exilado brasileiro, Theodomiro Romeiro dos Santos, desembarcou em Salvador no ano passado, as dezenas de pessoas que o festejaram no aeroporto encobriam um grupo de rapazes que traziam revólveres sob as camisas. O grupo, constituído de membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), temia um atentado à vida do ex-terrorista que em 1970 matou um sargento da Aeronáutica, foi condenado à morte, depois à prisão perpétua e por fim fugiu para a França. O episódio marcou o reaparecimento de uma sigla simpática ao maoísmo que aderiu ao terrorismo em fins da década de 60 e parecia adormecida desde seu

desmantelamento, em 1973. Criado em abril de 1968 por uma dissidência do PCB, o PCBR está bem ativo — e das organizações que se abrigam no PT é a única que, comprovadamente, pratica ações armadas.

De seu primeiro comitê central participaram veteranos comunistas, como Apolônio de Carvalho, que combateu o general Franco na Guerra Civil Espanhola, e Mário Alves, secretário-geral, morto sob tortura no quartel da Polícia do Exército no Rio, em 1970. O grupo sofreu pesados revezes na confrontação com a polícia política. Em 1970, em seu primeiro assalto a um banco, no Rio, foram presos dezenas de seus membros. O produto dos assaltos se destinava à manutenção da organização. "Eu recebia

80% de um salário mínimo", diz Theodomiro dos Santos, hoje desligado do partido. O PCBR era uma das organizações que recebiam dinheiro desviado pelo bancário Jorge Vale, o "Bom Burguês", de uma agência carioca do Banco do Brasil. Ao fim dos governos militares havia 31 processos contra o PCBR, envolvendo 400 militantes e simpatizantes. Distribuídos hoje por Santa Catarina, Paraná, Bahia e Pernambuco, os aproximadamente 150 militantes do PCBR participam das eleições com candidatos próprios, usando a camisa petista, numa atividade que não se via igual desde 1973. Naquele ano, quatro integrantes do comitê central foram encontrados, mortos, num carro incendiado nas cercanias de Jacarepaguá, no Rio. O golpe desmantelou a organização.



Antonio de Paula

JOAO BITTAR